



Financiamento Público: O caso do BNDES e a relação público-privada

Autores:

Fernanda Lira Goes - UnB/Ipea - fernanda.goes@ipea.gov.br

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira - Unicamp - sergioteixeira.geografia@gmail.com

Resumo:

A crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada nas necessidades do capitalismo em impor a agenda dos poderes hegemônicos sob a produção do espaço, atrofiando os centros nacionais de decisão em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais. Sob a insígnia da eficiência estratégica os poderes públicos estatais têm transferido suas funções de planejamento para grandes corporações que verticalizam ordens e ações globais extravertidas, impondo ao território modelos formulados no centro do sistema capitalista e que têm o objetivo de manter os países da periferia subordinados e subservientes a um regime de espoliação mundializado em busca de plena realização de uma mais valia global. De 1998 a 2017, 47 países acessaram o financiamento do BNDES. Os desembolsos para exportação para obras e serviços e para bens de capital e demais operações foram de US\$ 37 bilhões. Estados Unidos concentram US\$ 17 bilhões desse valor. Entre 2002 e 2017 as contratações para obras no exterior somam US\$ 14,6 bilhões. Por meio do BNDES, empresas brasileiras se relacionam com o financiamento público de modo íntimo.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

O caso do BNDES e a relação público-privada

INTRODUÇÃO

A crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada, de modo geral, nas necessidades do capitalismo em impor a agenda dos poderes hegemônicos sob a produção do espaço, atrofiando os centros nacionais de decisão em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais. O planejamento territorial foi eleito por esses agentes como principal instrumento para se organizar o território tendo em vista o pleno arranjo que se convencionou chamar de desenvolvimento. Entretanto, adotando a perspectiva compartilhada com Santos ([1979] 2007), Brandão (2007), Oliveira (1981) e Furtado (1979), podemos assinalar que, ao contrário do que tem sido anunciado pela proposta neoliberal, o planejamento tem servido como instrumento indispensável para a manutenção do subdesenvolvimento dos países considerados pobres sob a perspectiva desenvolvimentistas e que seu uso, em especial no Brasil, foi o legitimador da dimensão espacial da construção interrompida de um possível projeto de nação plural.

Sob a insígnia da eficiência estratégica os poderes públicos estatais têm transferido suas funções de planejamento para grandes corporações que verticalizam ordens e ações globais extravertidas, impondo ao território modelos formulados no centro do sistema capitalista e que têm o objetivo de manter os países da periferia subordinados e subservientes a um regime de espoliação mundializado em busca de plena realização de uma mais valia global.

Nosso objetivo, por meio do método geográfico, cumpre refletir o território brasileiro de maneira que se possa problematizar e fornecer contribuições alternativas para a realização de um outro projeto de nação, ancorado na solidariedade do produto do trabalho social e do território. Por meio do financiamento do BNDES, as empresas brasileiras se relacionam em um processo mais íntimo com o financiamento público. No caso específico, observamos tanto o investimento para atuação das grandes

empresas de engenharia, como o investimento para as concessões, inclusive a mesma presença das construtoras.

Questionamos então, com mais interesse em levantar as dúvidas, e deveras menos em responder com afirmações padronizadas ou mesmo universais. Desde as que reconhecemos, quais mais seriam as decorrências da espoliação, de um modelo que se percebe colonizador enquanto processo. A identificação de agentes controladores ao real servir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O papel no planejamento territorial e o papel que cabe ao Estado ao intermediar esse processo. O tipo de planejamento que é questionado e qual a possibilidade de outro projeto ser uma premissa. A intimidade nas relações do acesso ao apoio entre um banco público e as grandes empresas privadas. As concentrações de aportes. As decorrências desse processo para um futuro de uma nação diversa e continental. Nossas principais indagações nem resumem, nem iniciam o debate, talvez sejam mais uma linha de organização das reflexões que nos inquietam e que procuramos pensar no decorrer desse texto.

O texto está dividido em duas etapas. Na primeira, pensamos o BNDES enquanto financiador para as concessões do sistema de engenharia aeroportuário. Na segunda, o apoio do banco as mesmas grandes empresas de construção para exportação. Respectivamente, observamos a ação nacional e internacional de grandes empresas privadas por meio de um banco de desenvolvimento público.

BNDES FINANCIADOR PARA AS CONCESSÕES DO SISTEMA DE ENGENHARIA AEROPORTUÁRIO

O Programa Nacional de Desestatização (PND)¹ é a maior expressão da espoliação da infraestrutura territorial em curso desde a década de 1990, pois se trata da substituição do projeto de desenvolvimento nacional em benefício de um projeto de inserção competitiva nos mercados internacionais, a partir das privatizações. Tal programa faz parte de uma série de transformações que indicam a mudança de período que se inicia, posto que o Estado se retira de setores estratégicos que passam a ser administrados por grandes corporações valendo-se dos usos dos fundos públicos.

O uso dos fundos públicos para a criação das empresas estatais e para posterior privatização encontram maior expressão, por sua vez, na utilização das receitas do Banco Nacional de

¹ O Programa Nacional de Desestatização entrou em vigor em 15 de março de 1990 no início do governo do presidente Fernando Collor de Mello e prosseguiu com os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Possui a visão de “ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e proativa ante os desafios de nossa sociedade” (BNDES, 2017, p. 165). Com valores de “ética, compromisso com o Desenvolvimento, espírito público e excelência” (BNDES, 2017, p. 165). A “missão de promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, o sistema BNDES – composto pelo BNDES, BNDESPAR e pela FINAME, dispõe de uma gama variada de instrumentos de apoio financeiro” (BNDES, 2017, p.26)².

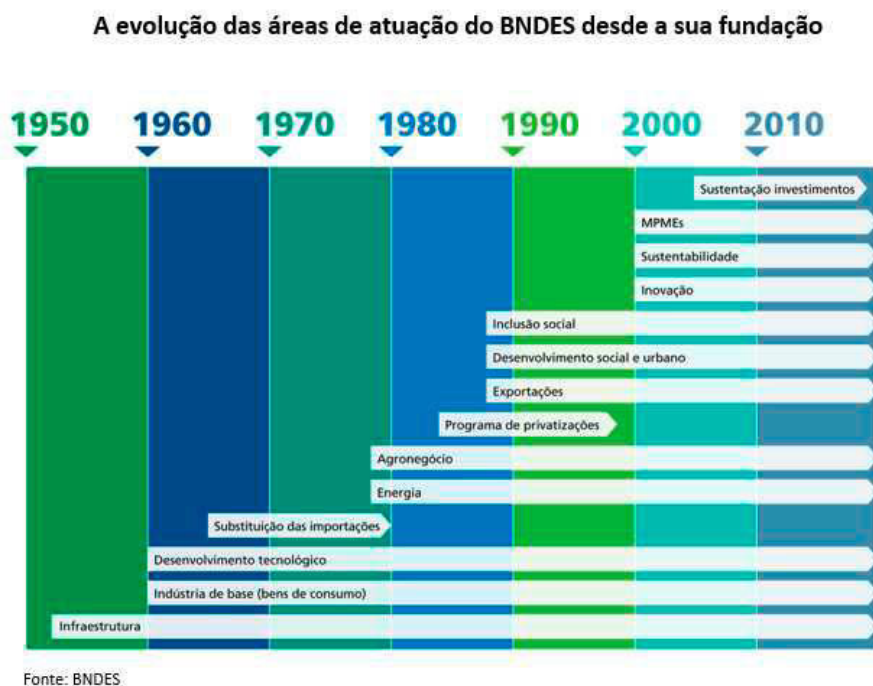
A criação do BNDES em 1952 ainda sob o nome de BNDE se deu, sobretudo, pela política estatal de apoio a infraestrutura por meio da expansão dos sistemas de engenharia no território. Conforme assinala Vainer (2007), foram os Grandes Projetos de Investimento (GPI) que estruturaram os sistemas de energia, transporte, mineração, entre outros, com o objetivo de avançar na integração nacional para a industrialização. Nesse período, as estratégias nacionais desenvolvimentistas buscavam, portanto, dinamizar a industrialização brasileira, e o banco serviria a tal projeto como o suporte financeiro.

Ao longo do tempo, foi assumindo novas áreas de atuação. A figura abaixo sintetiza a multiplicidade das formas de atuação do Banco. Novas funções vão surgindo e alargando o escopo inicial de atuação para novas áreas, transformando o Banco em uma das maiores instituições de financiamento de desenvolvimento do mundo (Figura 1).

Enquanto uma instituição financeira pública de desenvolvimento (IFD), em certo sentido assemelha-se a instituições pares em outros países como Alemanha, França, Japão, Coreia do Sul que se propõem a conferir financiamento de longo prazo não atendido no sistema financeiro privado e principalmente direcionado aos segmentos que geram externalidades positivas. Dentre os segmentos apontados pelo banco que costumam gerar externalidades positivas, faço destaque à infraestrutura, exportação de bens de capitais, governança em empresas privadas. O banco não é a única instituição financeira pública de desenvolvimento a apoiar de modo subsidiado ações em prol de uma estrutura de país.

² BNDES, empresa pública federal dedicada ao financiamento de longo prazo, é o acionista único das demais empresas do sistema BNDES. BNDESPAR, subsidiária do BNDES dedicada ao fomento por meio de investimentos em valores mobiliários. FINAME, subsidiária do BNDES dedicada ao financiamento, à produção e a comercialização de máquinas e equipamentos (BNDES, 2017, p. 26).

FIGURA 1
A evolução das áreas de atuação do BNDES desde sua fundação



Fonte: BNDES

Cumprindo o papel de instituição financeira públicas de desenvolvimento, o BNDES tornou-se uma das mais destacadas no mundo. Comparando com as maiores IFDs do mundo o banco foi, em 2015, a terceira maior instituição de investimento em número de ativos (Tabela 1).

TABELA 1
Ativo das maiores IFDs do mundo em 2015 (US\$ bilhões)

	CDB (China)	KfW (Alemanha)	BNDES (Brasil)	KDB (Coreia do Sul)	JFC (Japão)	CDP (Itália)	CDC (França)
Ativo (US\$ bilhões)	2.055,3	558,9	279,5	273,6	228,7	214,4	173,2

Fonte: BNDES (2016)
Elaboração própria

Desde 1960, o BNDES teve como principal foco a atuação na formação dos sistemas de engenharia de infraestruturas territoriais. Dessa forma, atuou como principal agente do desenvolvimento econômico nacional. No início da década de 1970, o banco expandiu seu escopo de atuação de modo a incluir novas materialidades ao conjunto de empresas que se instalavam no território, com destaque para os setores de calçados, de têxteis e de vestuário. Ainda no final dos anos de 1970, o BNDES incorporou em suas receitas os recursos provenientes do PIS-PASEP e, obtendo maiores recursos, foi o principal promotor de suporte da política de substituição de importações em setores estratégicos, tais como os de bens de capital, metalurgia, petroquímica, papel e celulose e transportes, este último priorizados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A partir do final da década de 1980 ocorreram profundas transformações no papel do Banco, entre outras, de gerenciar os planos de privatizações no Brasil. Contraditoriamente, o banco que financiou o estabelecimento da infraestrutura brasileira, assumiu um papel de desestruturar o sistema que ajudou a construir. O papel do BNDES nas privatizações foi fundamental para estabelecer uma participação ainda maior do Estado no processo de espoliação territorial, pois foi responsável por gerenciar os leilões e fornecer linhas de crédito às empresas para compra e investimento nas estatais (FARIAS e SILVA, 2008). Em suma, assumiu os riscos do não pagamento e dos investimentos à custa dos fundos trabalhistas que compõem as reservas do banco. As principais fontes de recursos do BNDES entre 2001 e 2016 foram Tesouro Nacional, Fundo de Amparo ao Trabalhador, PIS/Pasep, Patrimônio Líquido, Fundo da Marinha Mercante, Fontes de Mercado Doméstico, Captações externas no mercado e em Organismos Multilaterais, além de outras obrigações. Nesse período, não apenas a maioria dos recursos são originários do FAT/Pis-Pasep e do Tesouro Nacional, mas também seguiram um processo de crescente constante até 2015. Entre 2014 e 2018 as contribuições anuais do FAT/Pis-Pasep e do Tesouro Nacional ultrapassam 70% com relação as fontes de recursos do banco.

Entre 1990 e 2015 o PND obteve a receita de cerca de US\$ 54.6 bilhões. A concessão dos seis primeiros aeroportos em valor absoluto representa 43% do total obtido em concessão do PND, à exceção da concessão de hidrelétricas (tabela 2).

TABELA 2

Receita por setor do PND no período de 1990 a 2015 (US\$ bilhões)*

Setores	Número de Desestatizações	Receita de Venda	Setores	Número de Desestatizações	Receita de Venda
Aeroportuário	6	23.430,21	Petroquímica	27	2.698,50
Siderurgia	8	5.561,50	Ferrovário	7	1.696,90
Mineração	2	5.201,80	Outros	6	623,89
Petróleo e Gás	1	4.840,30	Portuário	7	420,80
Financeiro	6	4.515,10	Fertilizantes	5	418,20
Energia Elétrica	3	3.908,20	Rodoviário**	21	0,00
Total				99	54.542,43

 Fonte: Relatórios das Privatizações do BNDES em www.bndes.gov.br

Elaboração própria

* Não contempla resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos e linhas de transmissão.

** Os leilões para concessão das rodovias federais foram por menor tarifa, sem pagamento de bônus de outorga ao governo

Para operacionalizar a primeira e a segunda rodadas de concessão que incluíram os aeroportos de São Gonçalo do Amarante (RN), Guarulhos/Cumbica (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e de Confins (MG), o BNDES disponibilizou linhas de créditos com montantes mais altos, mesmo para os padrões das empresas privatizadas da década de 1990, passando, na primeira rodada de concessões dos R\$ 10 bilhões, conforme tabela 3. Valendo-se de ter a Infraero como sócio minoritário com 49% de participação na concessão, ficou o banco responsável por disponibilizar até 70% dos investimentos financiáveis em infraestrutura, definidos segundo as políticas operacionais do BNDES, podendo alcançar até 90% dos itens financiáveis a longo prazo, como construções de pistas de pouso, pátios de estacionamento e terminais de passageiros.

Segundo dados do BNDES, entre 13 de dezembro de 2012 a 20 de abril de 2015, o banco aprovou empréstimos de longo prazo para os aeroportos de Guarulhos, Brasília, Viracopos e São Gonçalo, num total de R\$ 7,6 bilhões. Os recursos destinaram-se à ampliação, modernização e exploração da infraestrutura dos aeroportos. A concessionária Invepar, responsável pelo aeroporto de Guarulhos, foi contemplada com R\$ 4,8 bilhões. A Inframérica Concessionária, responsável pelo Aeroporto de Brasília e São Gonçalo, recebeu R\$ 1,6 bilhões.

TABELA 3

Operações de investimentos do BNDES nas concessionárias de aeroportos (2011-2018)

Concessionárias	Investimento (R\$)
Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos	4.778.803.315
Inframerica Concessionaria do Aeroporto de Brasília S/A	1.281.772.600
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	1.241.676.722
Inframerica Concessionaria do Aeroporto de São Gonçalo	329.263.000
Concessionária do Aeroporto do Rio de Janeiro	2.726.000.000
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins	405.000.000
Total	10.762.515.637

Fonte: Relatório de Operações contratadas na forma direta e indireta não automática do BNDES– Data da Apuração: 23/12/2017.

Elaboração própria

Segundo o edital do leilão de 02/2011, esses valores representam grande parte dos investimentos exigidos das concessionárias para ampliação dos aeroportos durante a concessão. Assim, ao arrematar o aeroporto de Guarulhos, a concessionária Invepar, liderada pela mega-corporação Airports Company South África Limited, ficou responsável pelo investimento de R\$ 4,7 bilhões em ampliação de infraestrutura. O Aeroporto de Brasília-DF, por sua vez, conforme o mesmo edital, deveria receber em investimentos de R\$ 2,85 bilhões, sendo que metade desse valor era de responsabilidade da concessionária Inframérica, liderada pela EGIS Airport Operation.

A análise desses dados mostra que para a ampliação, manutenção e expansão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a participação dos recursos do BNDES chegou a totalidade dos investimentos, enquanto que no projeto do Aeroporto Internacional de Brasília-DF esse valor correspondeu a 61%. Dessa maneira, a ampliação dos aeroportos, de responsabilidade das empresas administradoras, acabou sendo garantida pelo próprio Estado por meio dos recursos do BNDES. Inclusive, os agentes entrevistados por na Secretaria de Aviação Civil confirmam os questionamentos.

“Uma das principais motivações que foram colocadas para a concessão que você bem colocou, é que a empresa não tem recurso financeiro suficiente para fazer os investimentos. Aí a gente fica meio que na dúvida, a empresa não tem os recursos financeiros, isso é verdade, mas o único caminho seria conceder? Não se poderia criar um novo marco legal e financiar? O BNDES não financiou essas concessões? Porque não financiou a INFRAERO? O que que impediria essa alavancagem financeira a INFRAERO, já que a empresa já vinha com expertise bastante consistente na implementação dos planejamentos? Então, é uma dúvida.

Na segunda rodada de concessões a mesma lógica permaneceu. Conforme Decreto Federal 7.896, de 1º de fevereiro de 2013 foram incluídos no PND o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão) no Rio de Janeiro (RJ), e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) em Belo Horizonte (MG)”.

Na terceira rodada de concessões, por sua vez, foram concedidos: o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS); o Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães de Salvador (BA); o Aeroporto Hercílio Luz de Florianópolis (SC) e o Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza (CE). Ainda mais corporativa, essa rodada não teve a participação da Infraero como empresa minoritária, ainda assim o BNDES participou provendo 60% de custeio para investimento em infraestrutura às empresas que arremataram os aeroportos.

As consequências das concessões para o planejamento territorial brasileiro aqui não se fazem completas. Um dos aspectos apontados é exatamente a relação de aproximação entre um banco de financiamento que recebe, majoritariamente, aportes públicos, e empresas privadas que dialogam uma aproximação com o apoio do banco em percepções diversas. Outra situação de financiamento do BNDES corrobora o argumento da aproximação entre público e privado, em uma escala mais internacional, baseada em algum acesso mais concentrado para a política de apoio.

BNDES FINANCIADOR PARA GRANDES EMPRESAS DE ENGENHARIA

Na possibilidade de qualificar a política de financiamento do BNDES para exportação enquanto política pública com ação de poder do Brasil na escala internacional são observados o contexto do financiamento para exportação do BNDES e a política de financiamento para exportação. A política de apoio às exportações do BNDES é realizada por meio de financiamento nas modalidades pós-embarque e pré-embarque. Na modalidade pré-embarque, o banco financia exportações para obras e serviços e também para bens de capital e demais operações. Após as contratações serem executadas, os financiamentos são realizados por meio de desembolsos dos valores pelas empresas brasileiras. A obrigação do retorno ao BNDES é de responsabilidade do país parceiro. Ao todo, de 1998 a 2017, 47 países desenvolveram fluxos com o Brasil por meio do financiamento do BNDES. O valor total de desembolsos do financiamento do BNDES para exportação para obras e serviços e para bens de capital e demais operações no período de 1998 a 2017 é de aproximadamente US\$ 37 bilhões. Os Estados Unidos

concentram US\$ 17 bilhões desse valor. As contratações entre 2002 e 2017 dos valores de financiamento para bens e serviços para obras no exterior somam quase US\$ 14,6 bilhões (BNDES, 2018).

Outra característica está relacionada ao BNDES enquanto IFD no estímulo a criação de novos mercados. O BNDES apoia os setores de agricultura, infraestrutura, indústria, comércio e serviços do porte de grandes empresas, assim como pequenas, micro e médias, nos segmentos de exportação, inovação, economia verde, internacionalização, mercado de capitais, a exceção de cooperação financeira internacional. Entretanto, se observado o percurso do financiamento à exportação há que se ressaltar alguma intermediação.

O financiamento do BNDES para bens de capital e demais operações no período ininterrupto de 2002 a 2017 está classificado em três categorias: Comércio e serviços, construção; Comércio; Indústria. O valor total, por empresa e por país do financiamento para bens de capital não está disponível no site do banco. Do mesmo modo, não há visualização de contratos com empresas, diferente da disponibilidade de contratos com empresas do setor de comércio e serviços, construção. Ao todo, 19³ empresas estão envolvidas no financiamento para obras e serviços para exportação em 15⁴ países com um total de US\$ 14 bilhões, no período de 1998 a 2015.⁵

As empresas brasileiras que acessam o financiamento do BNDES para exportação, encontram-se pouco diversas no território nacional. As empresas clientes do financiamento para exportação de bens de capital estão localizadas em apenas oito Unidades da Federação, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

As localidades das empresas clientes de obras e serviços estão no Sudeste, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, exceto no Espírito Santo. Com as participações pontuais de Bahia, em Nordeste e Rondônia, em Norte. Com permanência de obras e serviços em países do Sul. Dos quase US\$ 15 bilhões de financiamento para obras e serviços no exterior, aproximadamente US\$ 4 bilhões foram para Angola e US\$ 3,4 para Venezuela. Além desses dois, apenas República Dominicana e Argentina receberam aportes somados acima de US\$ 1 bilhão, no período. Portanto, os principais receptores de apoio do BNDES para

³ Norberto Odebrecht; Andrade Gutierrez; Companhia de Obras e Infra-Estrutura; Camargo Correa; Queiroz Galvão; OAS; ARG; Multitrade; Confab Industrial; Emsa; Bureau de Projetos e Consultoria; Mello Junior; TPRO; Contracta; Pró Sinalização; Prado Valadares; Engevix; Schahin; Furnas Centrais Elétricas.

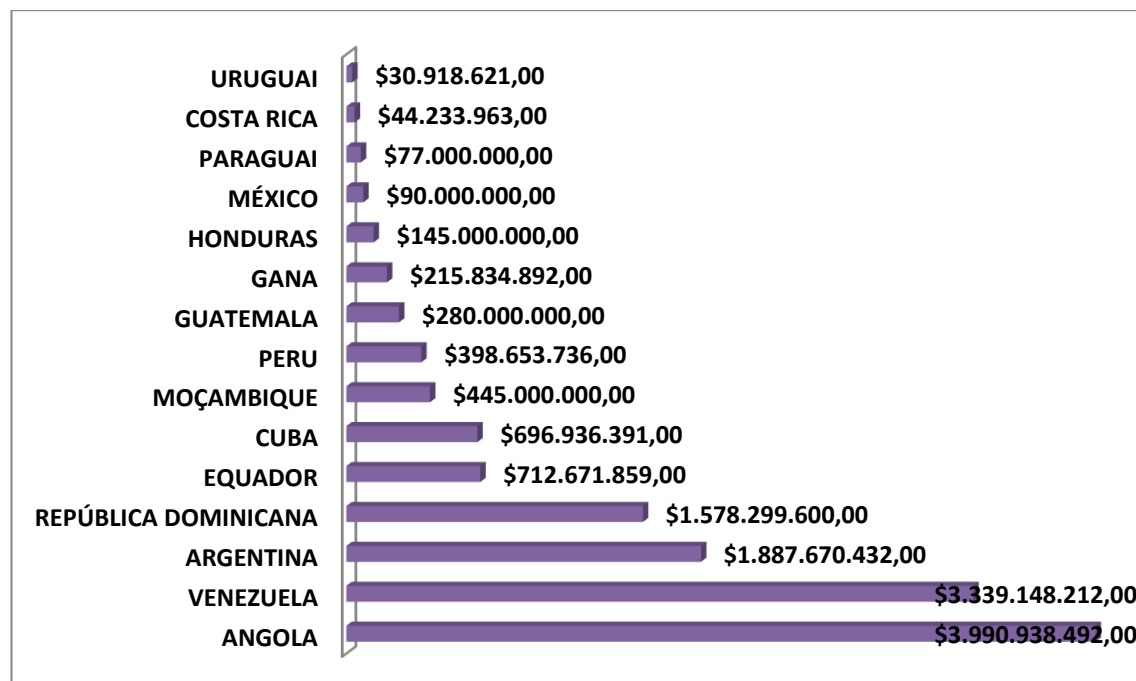
⁴ Angola; Argentina; Costa Rica; Cuba; Equador; Gana; Guatemala; Honduras; México; Moçambique; Paraguai; Peru; República Dominicana; Uruguai; Venezuela.

⁵ BNDES. Banco de dados BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>

empresas brasileiras executaram obras e serviços na área de engenharia. Dos países que receberam os menores aportes do BNDES Uruguai, Costa Rica, Paraguai e México não alcançaram nem US\$ 100 milhões, por país (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Financiamento do BNDES para bens e serviços para obras no exterior por país no período de 1998-2018 (Em US\$ milhões)



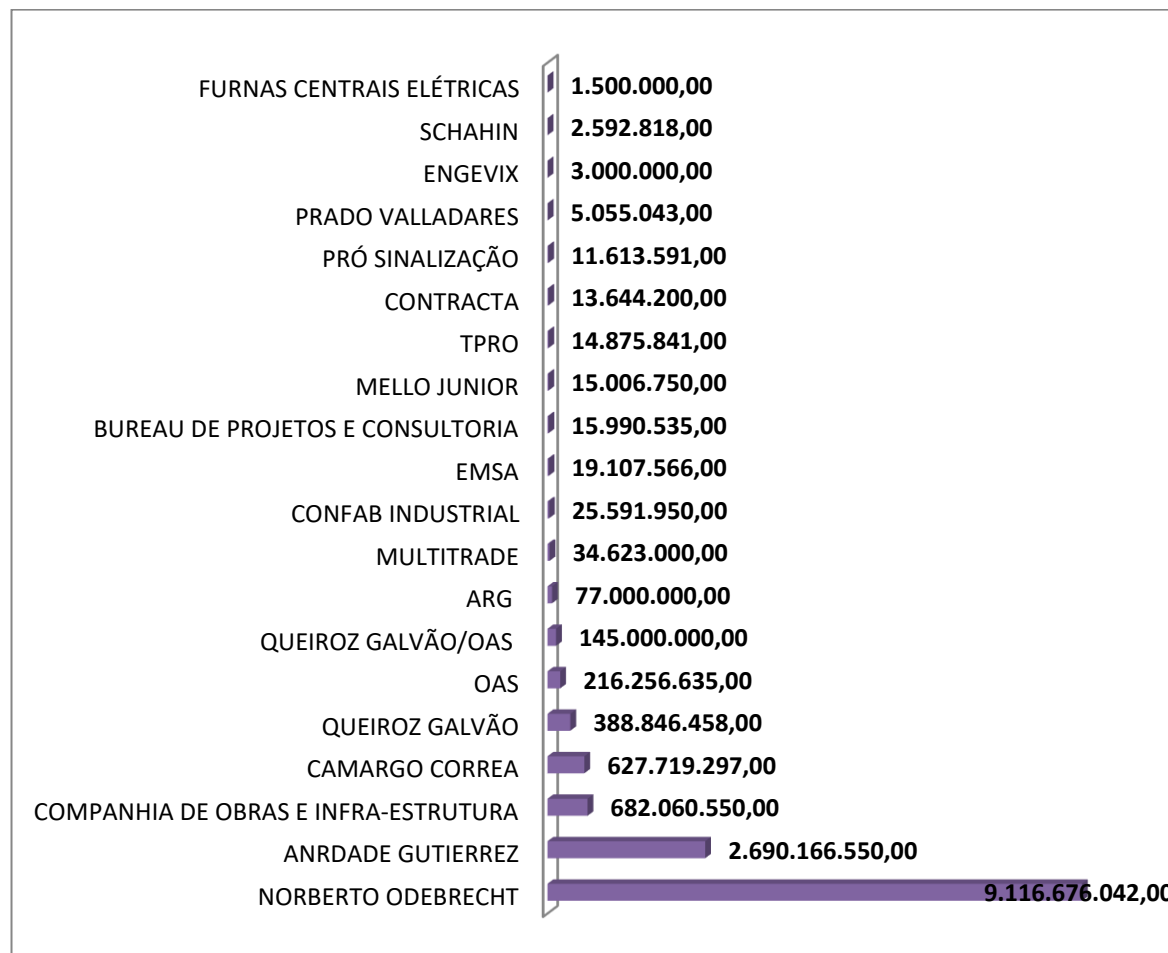
Fonte: Banco de dados do BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>

Elaboração própria

A empresa Norberto Odebrecht recebeu quase US\$ 9,3 bilhões, seguida pela Andrade Gutierrez com US\$ 2.7 bilhões (Gráfico 2). A concentração na Odebrecht pode ser explicada por diversos fatores. Desde o processo histórico de internacionalização anterior as outras empresas, a maior experiência com o apoio do governo brasileiro. Desde os finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, Odebrecht inaugurou obras em parceria com outros países inicializadas pelas relações bilaterais do governo brasileiro. O marco a ser considerado foi a triangulação entre Brasil, União Soviética (Rússia) e Angola para a construção da usina hidrelétrica de Capanda, no Rio Kwanza, ao Norte de Angola (SANTANA, 2004). O que aparenta até ser uma incoerência, mostra-se mais por uma continuidade de política para lançar e apoiar o aprofundamento das empreiteiras brasileiras no cenário internacional (CAMPOS, 2014).

GRÁFICO 2

Financiamento do BNDES para bens e serviços para obras no exterior por empresa (1998-2018) (Em US\$ milhões)



Fonte: Banco de dados do BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br>

Elaboração própria

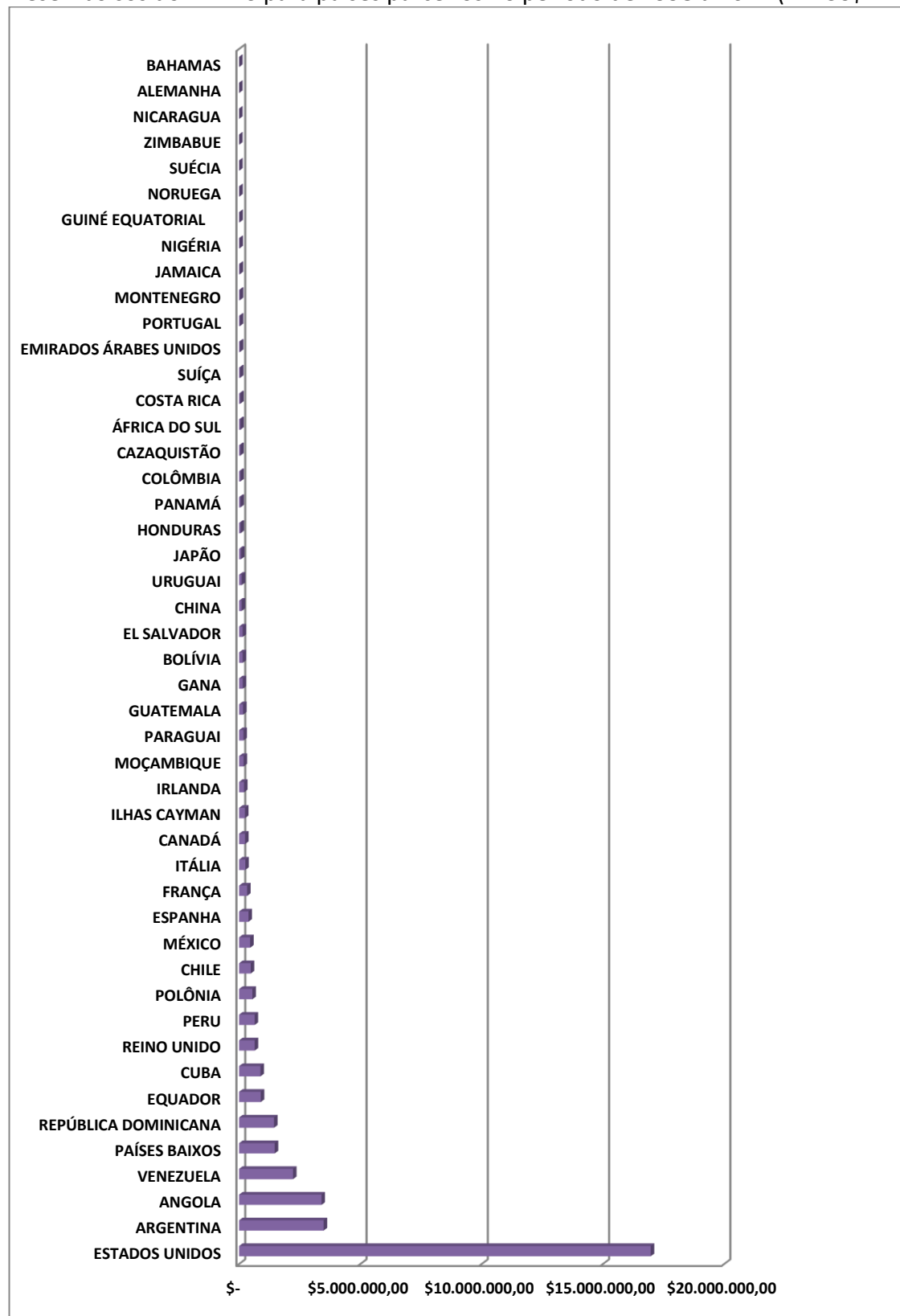
Poder-se-ia concluir que a maioria desse fluxo com origem no trabalho do brasileiro em forma de contribuição ao FAT/Pis-Pasep estaria concentrado em uma única empresa Odebrecht, e em Angola e em Venezuela. Porém, ao observar a totalidade da política por meio dos desembolsos realizados no período de 1998 a 2017, o retrato geopolítico acrescenta outros aspectos dessa formação. Nesse período, os países que receberam acima de US\$ 1 bilhão foram: República Dominicana, Países Baixos, Angola, Venezuela, Argentina, Estados Unidos.

De certo modo até convém afirmar uma variedade de ações em diversos países com recepções acima de US\$ 1 bilhão. Entretanto, quando observados o direcionamento dos desembolsos por país, não é complicado notar que os Estados Unidos receberam 46% do total. Foram US\$ 17 bilhões dos US\$ 37

bilhões no período (Gráfico 3). Portanto, a concentração do financiamento em algumas empresas, está diretamente imbricado com determinados países.

GRÁFICO 3

Desembolsos do BNDES para países parceiros no período de 1998 a 2017 (Em US\$ milhões)



Fonte: Banco de dados do BNDES. Disponível em: www.bndes.gov.br

Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de financiamento do BNDES para exportação é um recorte das demais políticas de financiamento do banco. Enquanto opção de incentivo está apoiada em recursos públicos, assim como o banco que é uma empresa pública. Nos anos 2000 a concentração desses recursos é de origem do FAT/Pis-Pasep e do Tesouro Nacional. Grosso modo, FAT/Pis-Pasep é formado pelas contribuições de trabalhadores e trabalhadoras. O direcionamento destes valores para o BNDES em si já é uma questão a se pensar.

A análise posta visualiza o acesso mais próximo entre o privado e o sistema público de financiamento. Talvez não fosse uma percepção se as trocas estivessem em outras bases. O contraditório, conquanto, é uma síntese de ações executadas pelos agentes privados que desintegram o próprio sistema de financiamento estrutural. E mais, por objetivos estritos com a mais valia, promovem a continuidade de um modelo colonizador em níveis de exploração por meio de recursos financeiros disponíveis e subsidiados. Avançam ao lucro concentrado em um grupo específico. Ampliam as formas do investimento para se imiscuir de responsabilidades pré-estabelecidas. Desenham e propagam imaginários.

O financiamento subsidiado é concentrado em grandes empresas e, no cenário internacional, em alguns países. Quando o discurso é que o financiamento para exportação do BNDES está em África, refutar com os dados do banco no qual os desembolsos estão concentrados na América não é uma opção. Por um lado, no setor de engenharia, Odebrecht lidera enquanto cliente direta e Angola como indireto. Afinal, o pagamento do compromisso do financiamento fica sob responsabilidade do país receptor da obra e serviço. Por outro lado, ao observar os desembolsos totais, inclusive bens de capitais, a concentração assume quase 46% dos recursos para um único país, Estados Unidos. Convidamos então a uma proposta de reflexão sobre a estrutura do modelo.

REFERÊNCIAS

BNDES. Site: www.bndes.gov.br

BNDES. Livro Verde: nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998*. Niterói: Eduff, 2014.

BRANDÃO, Antônio Carlos. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

FARIAS, Hélio e SILVA, Adriana Maria Bernardes. *Da integração nacional a Integração competitiva: o papel do BNDES no uso do território brasileiro*. In: I Encontro Internacional de Geografia: tradições e perspectivas. Homenagem ao centenário de nascimento de Pierre Monbeig, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, [1979] 2007.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula publicações, 2004.

VAINER, Carlos B. *Fragmentação e Projeto Nacional: Desafios para o Planejamento Territorial*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.